

A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória.¹

Boaventura de Souza Santos²

É um prazer estar com vocês, aqui na PUC-SP. Isto porque vocês são pessoas muito atentas aos problemas nacionais e mundiais da atualidade. E também porque são pessoas vigilantes desses temas. Gosto de vir a esta universidade porque aqui há sempre um tema interessante em análise. Ainda ontem, aqui estive, em seminário internacional, para falar sobre direitos humanos e sobre direitos em geral nas cidades contemporâneas.

Gostaria de destacar três ou quatro pontos para o debate. São pontos que estão implícitos ou muito explícitos nessa notável pesquisa da professora Aldaiza Sposati, obra que serve de base a este seminário: *Cidade em Pedacos, o Mapa da Inclusão e Exclusão Social* do município de São Paulo. Digo que uma das razões de minha presença é meu reconhecimento a esse estudo da professora, internacionalmente tido como um dos melhores trabalhos de análise territorial da exclusão no ambiente da cidade.

Estamos desenvolvendo neste momento, em Portugal, metodologia sobre tema similar. E sabemos de outros países latino-americanos que também estão interessados em aplicar essa metodologia, pois ela atrai uma capacidade cognitiva e uma capacidade de denúncia que julgo exemplares. E é exemplar também por algo que defendo há tempos em termos epistemológicos. Essa é a primeira nota em termos de estratégia do conhecimento aqui em questão. Falo das **paciências sociais** resultantes da separação entre a busca da verdade e a busca do bem. Não podemos levar outros 150 anos nesse modelo.

Penso que, nas formas de conhecimento mais antigas, a busca da verdade e a busca do bem andavam juntas, eram aspectos da mesma problemática. Todavia, na ciência moderna estão separadas integralmente. Reconheço que existem aspectos positivos. Foi através dessa separação que as próprias ciências sociais e os intelectuais reivindicaram seus espaços. Reivindicaram a tolerância em relação a seus trabalhos porque se ocupavam simplesmente da busca da verdade e não tinham nada a ver com o bem. Eles falavam de projetos de sociedade, não falavam de bem comum, não falavam da melhor solução para o futuro da sociedade. Com tal separação, puderam ter a tolerância dos poderes políticos e econômicos que se configuravam no final do século 19. Entendo que este foi o papel positivo e instrumental dessa separação.

Como o grande Gramsci mostrou há muito tempo, essa neutralidade era sempre falsa. E neutralidade é basicamente a idéia de que podemos

¹ Exposição realizado no Seminário: “Estudos Territoriais de desigualdades sociais”, 16 e 17 de maio de 2001, no auditório da PUC/SP.

² Professor e diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Portugal.

prosseguir o estudo científico em busca da verdade sem a busca do bem, uma idéia que conduziu fundamentalmente ao que chamamos hoje de reducionismo. Conduziu a um desconhecimento da complexidade da sociedade. Permitiu à ciência desconhecer a complexidade do mundo real. E quem desconheceu mais a relação entre a verdade e o bem, quem teve mais êxito nessa fragmentação, foi a economia. Ela operou o reducionismo em relação à complexidade da vida. Ela busca, obviamente, o rigor da verdade. Mas é evidente que essa verdade, pelo próprio rigor buscado, do rigor para o rigor, acabou efetivamente por boicotar o rigor da verdade.

A sociedade em que vivemos é cada vez mais dominada pela economia. Depois de um século, está se libertando do Estado, porque o século passado foi consagrado ao Estado. A economia global e neoliberal está produzindo claramente os resultados fatídicos dessa separação entre a busca da verdade e a busca do bem. Temos sociedades cada vez mais desiguais. Temos catástrofes ecológicas, violência e guerra por todos os lados. E isso é o resultado de políticas econômicas que aparentemente são animadas pela busca da verdade. Indiferentes às conseqüências e, portanto, aparentemente neutras. Isso ocorre em nome da objetividade que se ampara em três grandes idéias: imparcialidade, autonomia e neutralidade. O que a imparcialidade tem a ver com os fundamentos da teoria? A idéia de autonomia tem a ver com a prática científica, com a autonomia das instituições e a neutralidade em relação às diferentes conseqüências dela decorrentes.

Não podemos estar indiferentes às conseqüências e, portanto, devemos ter objetivos, mas não podemos ser neutros. Devemos saber de que lado estamos. Dir-me-ão, mas a objetividade sem neutralidade não conduz ao sectarismo? Não conduz a fazer política através da ciência? Digo que os cientistas sociais precisam ter disponibilidade para se surpreender com a realidade.

Enquanto cada um de nós se deixar surpreender pela realidade, não há perigo de dogmatismo. Só há dogmatismo quando nunca somos surpreendidos pela realidade. Levamos tudo na cabeça e encontramos tudo que já está nela. Sempre que assim ocorre, esse perigo existe. Mas se nos deixarmos surpreender, podemos seguir o bom caminho. E aí é importante construir conhecimentos objetivos, que sigam as regras e metas das ciências sociais. Mas sem a neutralidade. Sabemos de que lado estamos.

Ora, o *Mapa da Exclusão/Inclusão* é exemplar a esse espelho. É trabalho objetivo, segue de maneira conseqüente uma metodologia complexa, mas sabe de que lado está. É objetivo, mas não neutro. E o lado de que está é o dos oprimidos, dos excluídos, daqueles que são cidadãos apenas formalmente.

Portanto, quando vamos desenvolver nossas reflexões epistemológicas, temos sempre alguns trabalhos concretos que servem de referência para concretizarmos nossas idéias. Devo dizer que o “mapa” é bom

exemplo de que se pode obedecer aos princípios da objetividade sem se cair na neutralidade.

Outra idéia que me anima nesse estudo é que há várias formas de conhecimento. E nós, quando estudamos a cidade, quando estudamos o que quer que seja, devemos sempre estar atentos a formas de conhecimento que emergem dessas comunidades e que são capazes de nos surpreender com outras sabedorias, outras idéias. Portanto, creio que a virtualidade epistemológica desse trabalho é notável e me seduz.

A segunda idéia que gostaria de expor é a existência de afinidades entre esse trabalho e minhas preocupações. Salientarei três delas. A primeira, que certamente será analisada pelo professor Flávio Villaça, refere-se à territorialização. Vou comentá-la no que diz respeito à sua relação com a globalização ou melhor com as globalizações, isto porque a globalização neoliberal é apenas uma das globalizações. Há uma globalização alternativa que vemos emergir. Em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, demos uma exemplo eloqüente do que deve ser essa globalização alternativa. Mas a globalização neoliberal avança muito para o lado da desterritorialização, de modo especial no que se refere a relações sociais. E o mais evidente sinal disso é a chamada “Nova Economia”. Ela trabalha não com produtos, mas com soluções para as áreas de informação e comunicação. São meios sem materialidade e que, portanto, não podem ser inseridos territorialmente.

Realmente, uma das grandes problemáticas de hoje é o binômio territorialização e desterritorialização. Sabemos que o processo de globalização não apenas desterritorializa, mas também territorializa. Dois exemplos: uma das grandes manifestações da territorialização das décadas de 80 e 90 é o movimento indígena neste continente.

O movimento indígena é uma grande afirmação de que há relações sociais que são escritas em territórios e que só fazem sentido enquanto parte deles. Os direitos das comunidades indígenas não são direitos desterritorializados. As suas terras são sagradas, e são aquelas e não outras. Os seus recursos naturais provêm daquelas terras e não de outras. As suas formas de jurisdição, seus costumes, suas magias, suas religiões, suas relações com os espíritos e com os deuses apenas são visíveis e concretizáveis pela presença da comunidade naqueles lugares, com as peças daquele específico cenário, como as árvores sagradas.

Há uma hiper-territorialização que ocorre curiosamente em pleno período de globalização. O próprio movimento indígena é hoje globalizado, mas ainda territorializado. Os direitos pleiteados pelos indígenas são territorializados. Por outro lado, sabemos que hoje vivemos em cidades globais. E uma delas é São Paulo. Mas sabemos que essas cidades nunca são globalmente globais. Elas têm parcelas globais. Estão desterritorializadas no sentido de que são globais e, portanto, ocupam um espaço global. No entanto, essa desterritorialização tem

uma âncora territorial. Em São Paulo, por exemplo, é a Avenida Paulista. É o território da desterritorialização na cidade.

É ali que se consome grande parte dos passes eletrônicos do Brasil. É, portanto, ali que está a cidade global. E obviamente que isso é territorialização. Esta é uma questão que estará presente em nossa reflexão.

Mas quero me deter mais em outras duas questões. A primeira é aquela sobre a qual trabalho há algum tempo: o diagnóstico da sociedade em que vivemos. Quero falar de como são sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas.

Volto a esse tema porque o julgo importante para o trabalho que temos em mãos. Tenho defendido que o fascismo deixou de ser um regime político para ser um regime social. Creio que essa transformação é que permite a compatibilidade entre a democracia e o capitalismo. Vivemos hoje em sociedades nas quais não existe aparentemente qualquer conflito entre a democracia e o capitalismo. Isso ocorre pela existência de regimes políticos democráticos, ou formalmente democráticos, em sociedades fascistas. Por que isso ocorre? Ocorre porque o capitalismo decorreu historicamente dos efeitos da redistribuição de renda que a democracia produzia.

Todas as lutas por emancipação social desde meados do século 19 objetivam a inclusão no contrato social. As lutas dos trabalhadores, das mulheres e das minorias são por inclusão. A forma de emancipação social é sempre uma forma de inclusão num contrato. E essa inclusão tem a forma de direitos, alguns dos quais significam transferências de pagamentos. São os direitos econômicos e sociais e, através da tributação, um meio de dar dos ricos para os pobres. E a democracia basicamente afirmou-se através das políticas redistributivas. O capitalismo é hostil no que tange à distribuição. Totalmente hostil.

Essas políticas redistributivas da democracia estão em crise em toda parte. Na medida em que a democracia perde virtualidade redistributiva, torna-se compatível com o capitalismo. Torna-se o outro lado do capitalismo. Ora, qual é o reverso disso, dessa idéia luminosa de que todas as sociedades podem hoje ser democráticas? Há 20 ou 30 anos, a grande discussão na ciência política se dava num sentido oposto a esse: por que tão poucos povos podem ser democráticos? Hoje todos podem ser. Todos devem ser pois, em caso contrário, não recebem os financiamentos do Banco Mundial. Portanto, essa mudança, que é radical, ocorre exatamente por isso. Mas a idéia de democracia é boicotada pela eliminação da redistribuição. Não havendo política de redistribuição, é evidente que temos uma democracia de baixa intensidade, o que se traduz num Estado fraco. E o Estado fraco é o Estado ideal para o capitalismo.

Vejam como eles têm medo de Hugo Chavez, da Venezuela. Porque um ditador pode tomar atitudes mais nacionalistas, pode perturbar o sistema mundial. Nessa lógica é preciso um Estado fraco. O Estado fraco é um Estado

democrático sem política redistributiva. É o modelo que temos. Mas o reverso disso é a instalação na sociedade de um sistema de fascismo social. O que isso quer dizer? O fascismo social inscreve um regime social em que as disparidades de poder e de recursos são tão grandes que uma das partes do contrato adquire direito de veto sobre a outra. E adquirir direito de veto faz frustrar as expectativas estabilizadas nas pessoas. Vivemos hoje com larguíssimas parcelas da população sem estabilização de expectativas. E a sociedade é um conjunto de expectativas estabilizadas. Há muita gente que não tem essa convicção e que raciocina da seguinte forma: estamos vivos hoje, amanhã podemos estar mortos; estamos empregados hoje, amanhã podemos estar desempregados; comemos hoje, mas não sabemos se comeremos amanhã; colocamos nossos filhos na escola, mas não sabemos se continuarão lá amanhã.

Esse colapso de expectativas é o que caracteriza o fascismo social. E, portanto, temos hoje Estados democráticos que convivem com sociedades fascistas. Segundo Luís Eduardo Soares, que esteve na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, o eixo Rio-São Paulo tem três milhões de não-cidadãos. São aqueles que vivem nas favelas do Rio e nas vilas da periferia de São Paulo. São pessoas que vivem naqueles enclaves onde o Estado não aparece. São pessoas sujeitas a bandos terroristas, às máfias de drogas, pois são esses grupos que controlam a justiça. São eles que dizem com que roupa se pode sair de casa, o horário de voltar para a moradia. São eles que dizem se as janelas podem estar abertas ou se devem ser mantidas fechadas. Não é o Estado nem a polícia. São esse grupos que definem esse sistema de sociabilidade, estruturalmente muito semelhante ao terror que havia nas sociedades fascistas. Só que agora essa situação não é produzida pelo Estado, mas por grupos privados da sociedade civil. Não é o Estado, que quando muito é cúmplice desse sistema. A polícia é sempre dividida: uma parte é sadia e honesta, outra parte é corrupta e atua articulada com os bandidos e as máfias.

Ora, quando a polícia atua em conjunto com as máfias onde é que acaba o Estado e começa a sociedade civil? Com nossas categorias, já não sabemos onde está o Estado e onde está a sociedade. Porque neste caso existe o que chamo de *híbrido*. É uma forma de dominação híbrida, na qual está o Estado e também a sociedade. Qual será o papel do estado democrático nesta sociedade? É esta questão que julgo muito importante.

Há seis formas de fascismo social. E uma aplica-se particularmente a esse caso: é o apartheid social. É a divisão da cidade entre zonas selvagens e zonas civilizadas. E penso que essa não é uma característica apenas de São Paulo. Estive em Bogotá e posso dizer que é a mesma coisa. No caso de Bogotá, temos aconselhado meus colegas a fazer um mapa da exclusão na cidade. Penso que já há uma tentativa nesse sentido. O mesmo existe na Cidade do México. É exatamente essa divisão por zonas hiper-prodizadas e civilizadas e zonas selvagens.

O que acontece é que o Estado democrático atua democraticamente nas zonas civilizadas e de modo fascista nas zonas selvagens. O mesmo Estado, com a mesma polícia, a mesma formação dos profissionais nas academias e as mesmas leis, atua por vezes de modo democrático e, por vezes, de modo fascista. O trabalho que analisamos mostra que o fascismo territorial está territorializado e muitas vezes tem uma expressão territorial. Realizo um trabalho há muitos anos e posso distinguir três formas de sociedade civil.

O Estado está no centro, com relevo, porque deve ser visto. Há três grandes sociedades civis à volta do Estado, com relações diferentes constantes. O que eu chamo de *sociedade civil íntima* é aquela que está hiper-incluída. A globalização não é neoliberal hoje? Produz, portanto, formas de uma hiper-inclusão. De alguma maneira, todos nós procriamos nesta hiper-inclusão, com direitos, informação, deslocação e mobilidade. São formas de inclusão extremamente ricas em termos de conhecimento, de interação. Os direitos estão garantidos. É uma sociedade extremamente próxima do Estado, tão próxima que, por vezes, é promíscua. Por exemplo, no caso do domínio das organizações não-governamentais. Não me refiro ao Brasil, mas a trabalhos que faço na África, em Moçambique. Vimos as organizações desse tipo organizadas pelas mulheres dos ministros, pela mulher do presidente e pela mulher do primeiro-ministro.

Ora, essas organizações são obviamente sociedade civil, estão regulamentadas pela sociedade civil, mas sua promiscuidade com o Estado é total. Não falo de maneira alguma do Comunidade Solidária.

Há uma segunda sociedade civil que estabelece uma inclusão de baixa qualidade, sem acesso a todos os direitos da cidadania. É uma sociedade à beira da exclusão do contrato social. Mas temos uma outra sociedade que é quase contradição assim nomeá-la. É uma sociedade civil indiferente, que quase não se vê. Ela própria não se vê. São aqueles excluídos do contrato social, são aqueles que não são cidadãos, são aqueles sujeitos ao terror. São, por exemplo, os imigrantes sem documentos, os ilegais que neste momento são milhões pela Europa e pelos Estados Unidos. São vítimas da escravatura, igual à dos séculos dezessete, dezoito e dezenove, em sistemas que continuam a vigorar. São as crianças acorrentadas aos teares, no Paquistão, em Bangladesh e, curiosamente, também em São Paulo, que fazem os tapetes das delícias de nossas casas. Portanto, são vítimas de formas de trabalho sem direitos.

Na história da modernidade ocidental, o trabalho foi o grande acesso. Porque só quem trabalhava é que tinha direito a carteira profissional. Tinha direitos. E é por isso que os sindicatos se preocuparam fundamentalmente com os trabalhadores empregados e nunca com os ilegais, com os imigrantes indocumentados. Exatamente porque o trabalho era uma forma de cidadania. Hoje, cada vez mais, o trabalho não dá acesso à cidadania, porque há cada vez mais milhões e milhões de pessoas a trabalhar sem nenhum direito, sem estabilidade, sem direitos, sem sair da pobreza.

Nos Estados Unidos, a maior parte dos empregos criados não permite aos trabalhadores sair do baixo nível de pobreza. Por isso, hoje uma das discussões mais importantes no domínio dos direitos laborais nos Estados Unidos reside exatamente nessa fronteira. Como se vê no país mais rico do mundo é grande a discussão sobre um salário que dê para viver, precisamente porque há muito salário hoje que não dá para viver e um trabalho que não dá acesso à cidadania. Ora, essa terceira sociedade se situa na zona do fascismo social. As populações que estão ali não têm direito a ter expectativas estabilizadas. As pessoas que estão nessa faixa vivem em enclaves, onde muitas vezes o Estado não aparece. Posso observar isso em São Paulo, no Rio, em Bogotá, em Medellín, na Cidade do México, em Lima. Há cada vez mais não-cidadãos entre nós. São essas populações que neste momento nem sequer podem ser exploradas.

Há pouco, um amigo meu, o professor Atílio Boron, levantou uma questão num debate do Banco Mundial: “afinal, a gente só discute América Latina. Por que não se discute a África?” E o diretor do Banco respondeu: “África é uma questão da Cruz Vermelha.” Ou seja, não há uma política de desenvolvimento para a África.

A África está fora. A África não está incluída e o que se vê lá são: epidemias, fome e urgências humanitárias. Em Moçambique, neste momento, a expectativa de vida é de quarenta e dois anos. Em dez anos, será de 35 anos, por causa da Aids. E países como a Tanzânia, o Zimbabuê e a África do Sul são aqueles nos quais mais cresce a doença. São esses os problemas. E aqui também está a metade da população mundial que nunca fez uma chamada telefônica. Nós que vivemos numa sociedade da informação nos esquecemos de que 62% da população mundial, segundo a ONU, nunca fez uma chamada telefônica. Portanto, eu queria registrar e chamar atenção para o fato de que esses fascismos sociais são também territoriais. E, portanto, têm uma dimensão territorial nas cidades e também fora delas. Podem ocorrer no campo. Penso que o MST, de alguma maneira, tem sido uma boa denúncia dos fascismos territoriais no campo, até recentemente invisíveis. Então, essa sociedade civil é indiferente ou invisível. Eles não existem, não se conhecem, não têm peso político, não têm voz. Como vemos em Chiapas, no México, onde só recentemente puderam ter alguma voz. O mesmo ocorre na Colômbia. Os camponeses muitas vezes morrem em confrontos entre a guerrilha e os grupos para-militares. Também não são cidadãos. Uma colega estuda atualmente as formas notáveis pelas quais as populações tentam desesperadamente integrar-se, ganhar direitos por inclusão. Há um povoado colombiano, vítima dos atores armados, que criou uma constituição local. Passaram a ser “comunidade de paz”. Não sei se vocês se lembram, mas na Europa alguns municípios se declararam zonas livres de energia nuclear. Pois bem, aqui na América latina, na Colômbia, criaram terras, aldeias, livres de guerra. E há uma regulamentação, direitos maravilhosos que se criam a partir de baixo. Para quê? Por uma inclusão, digamos assim, num contrato social. Já que o Estado não chega com um contrato social, eles elaboram um mini-contrato social de paz.

Penso que é exatamente isso que está em extinção no mundo. Penso que os estudos permitem essa espacialização, que é territorial mas também não-territorial.

É curioso ver a história desses fenômenos nas cidades. Porque a história das cidades, ao contrário do que pensamos, é de segmentação. A cidade medieval, por exemplo, é extremamente fragmentada e é, também, uma cidade em pedaços. O que acontece é que tinham inimigos externos. Os muros das cidades não eram internos. Eram muros contra inimigos externos. Eram cidades onde havia divisões. Nas cidades italianas, por exemplo, havia o “popolo grasso” e o “popolo magro”. Os gordos e magros, que se tornaram os ricos e pobres. O que a cidade fazia era impor a todos eles uma lei única, que os defendia dos inimigos externos. É a partir da industrialização que os inimigos externos passam a ser inimigos internos, com o nascimento das classes perigosas dentro das cidades. E é aí que as cidades constroem, como diz Teresa Caldeira, os muros internos, como divisões. Penso que é fundamental que tenhamos em conta essa evolução que se deu da cidade medieval para a cidade moderna. A América Latina só em curto-circuito é que teve a cidade medieval, mas tem algo a ver com isso.

A segunda idéia que exponho aqui é que as cidades são, por excelência, zonas de contato. Quer dizer que são zonas onde normalmente culturas, sociedades, mundos normativos, mundos de vida, concepções de mundo muito distintas, com formas de poder também muito distintas, se encontram.

Maria Luísa Prado usou isso para a cultura. Estou usando as zonas de contato no sentido social e político mais amplo. As zonas de contato podem ser de quatro tipos. São elas as da violência, da coexistência, da reconciliação e da convivencialidade. Portanto, se definimos uma política de cidade, temos de saber qual vai ser o tipo de sociabilidade a ser criada na zona de contato. As cidades são desde a antiguidade zonas de amplificação da comunicação entre diferenças. Essa comunicação pode se dar pela violência, pela coexistência, pela reconciliação ou pela convivencialidade.

Quais são as possibilidades políticas para cada uma delas? Eu posso distingui-las, nesse momento em que temos três grandes políticas urbanas nacionais. A primeira política, global, é a do neo-conservadorismo. É a política que é chamada hoje de globalização neoliberal. O neoliberalismo não é nova forma de liberalismo. É, realmente, o conservadorismo. Ao contrário do liberalismo é hostil a concessões. Portanto, é um *neo* ao conservadorismo porque não quer concessões dos direitos às classes populares. Mas ao contrário do conservadorismo clássico não defende o princípio da soberania.

O conservadores do século 19 tinham duas idéias fundamentais: não fazer muitas concessões às classes perigosas, porque elas eram perigosas, e manter a soberania do Estado. O neoconservadorismo hoje não quer concessões, mas ao mesmo tempo abandonou a idéia da soberania do Estado. O

neoconservadorismo é a forma política dominante da globalização neoliberal, tal qual ela é promovida pelos Estados Unidos. Não é a única forma da globalização neoliberal, mas é a forma dominante. Essa só promove uma forma de contato: a violência. Quando muito permite a coexistência policiada. A segunda grande forma de política nesse momento global para as políticas urbanas é o que chamo de demo-liberalismo. É aquela corrente que vem do liberalismo do século 19 e que absorve completamente a agenda socialista. Consiste basicamente em concessões e, concomitantemente, a idéia do princípio de liberdade em relação ao princípio de igualdade. O princípio de liberdade tem total precedência sobre o princípio de igualdade. É muito importante ver que essa forma de política tem uma tradição urbana muito clara. Ela permite a coexistência ou a reconciliação. Ela não permite a convivencialidade.

Como é que se dá a reconciliação? A reconciliação se dá um pouco à maneira como se deram as Comissões de Verdade e de Reconciliação na América Latina depois das transições democráticas, que são para mim a melhor expressão do demo-liberalismo no continente na última década, isto é, resolvemos o problema entre a vítimas e agressores, mas não resolvemos o sistema de agressão. Não solucionamos o sistema que provocou a ditadura, não resolvemos o sistema que provocou a exclusão social, mas vamos colocar um pouco em contato vítimas e agressores. O exemplo mais acabado foi na África do Sul, talvez o mais dramático: colocar vítimas e agressores em contato, reconciliarem-se, mas sem destruir o sistema de desigualdade que criou vítimas e criou agressores.

É por isso que hoje temos a África do Sul a disputar com o Brasil ou com a Colômbia os maiores índices de criminalidade. Por quê? Porque exatamente a conciliação entre vítimas e agressores foi virada para o passado. A reconciliação tem sempre algo virado para o passado, nunca para o futuro. E como foi virada para o passado, despolitizou as desigualdades, criminalizou-as, e a África do Sul é hoje o país da criminalidade comum. É uma forma política obviamente de resistência, relativamente despolitizada, pelo tipo de contrato em que a África do Sul introduziu-se.

Esta forma de despolitização é, como as Comissões, virada para o passado. Outra grande forma é a de convivencialidade. Esta forma de convivencialidade é aquela que está inscrita naquilo que chamo de cosmopolitismo dos oprimidos. No meu conceito de sociedade civil global, o termo vem obviamente do ocidente. Dou-lhe uma volta, radicalizo ao chamar de cosmopolitismo dos oprimidos, exatamente porque se trata de uma idéia de tolerância, de cidadania do mundo, com a qual o iluminismo provocou muita morte, muita destruição, muito genocídio. Portanto, essa palavra cosmopolitismo tem atrás de si – ela que fala de tolerância – muita intolerância em sua prática. É por isso que lhe ponho o adjetivo de cosmopolitismo subalterno dos oprimidos. E até faço a provocação de que nós, cientista sociais, damos sempre nomes às nossas teorias com palavras do norte: demoliberalismo, demosocialismo, cosmopolitismo. Pois eu chamo também, em alternativa, de zapatismo.

Exatamente porque eu penso que a política que nós temos para criar convivencialidade nas cidades é o zapatismo.

Como uma metáfora, não estou a falar especificamente dos zapatistas. Falo de suas propostas políticas e da grande inovação que elas trouxeram e estão trazendo ao nosso mundo.

Em que consistem essas propostas? Em primeiro lugar, temos de perceber que não há reconhecimento sem redistribuição. Portanto, nós sempre vivemos em sociedades desiguais, mas a igualdade não nos basta. Queremos ser iguais e diferentes. Para haver um princípio de equivalência entre o princípio de igualdade e o princípio da diferença, é fundamental que haja redistribuição social. E, portanto, discordo daqueles que pensam que o princípio da diferença pode ser feito sem redistribuição social, pois não creio nisso.

A segunda idéia grande idéia é que precisamos de uma nova concessão de poder nas cidades. É curioso que Aldaíza Sposati, na parte final de seu livro, angustiadamente busque diferentes formas de representação e democracia participativa. Como é que será? Com mais vereadores? Talvez com outras formas de democracia participativa, o que é uma discussão universal. Estamos estudando em Porto Alegre os grandes problemas da transição do Orçamento Participativo da cidade para o Estado. E vejam que essa transição é muito complexa. Ora, São Paulo tem dez milhões de habitantes. É a população de Portugal. Assim, a complexidade é grande, se misturamos igualdade e diferença.

Em Porto Alegre, um dos debates é sobre a representação indígena. Porque temos índios em várias partes do Rio Grande do Sul. Eles valem como pessoas e como grupos. Os seus votos devem ser individuais ou deve haver uma forma de democracia participativa, em que não baste levantar o dedo? Porque não estamos a falar de pessoas. Falamos de identidade, de grupos e de identidade coletivas.

Como é que isso se integra num Orçamento Participativo? É necessário definir-se como isso se dará em outras cidades governadas pelo PT, especialmente naquelas com formas multiculturais e de populações indígenas. Portanto, eu penso que essa questão é realmente final, e é muito importante. No caso dos zapatistas, perguntaram ao subcomandante Marcos: “então o seu objetivo é tomar o poder?” E ele respondeu: “Não. É uma coisa mais simples. Fazer um mundo novo.” Acho que é exatamente isso.

Acho que tomar o poder sem transformar a sociedade resulta em cometer os mesmo erros do passado. Penso que é necessário transformar globalmente a sociedade. No caso das cidades, é preciso que as diferentes cidades que estão dentro da cidade possam se levantar no campo da cidadania. Como vão se incluir as partes da cidade que não são cidadãos? Ninguém as vai incluir. Elas próprias é que precisam ser agentes da inclusão. Portanto, eu penso que essa é uma das questões fundamentais. Que deve ser discutida. E quando nós fizermos

isso, veremos que a questão das cidades passa pelos direitos humanos. É algo complicado, porque os direitos cívicos e políticos estão garantidos à cidade. O que é preciso é garantir direitos econômicos e sociais. Queria vos dizer que a coisa mais terrível que o liberalismo fez aos direitos humanos foi dizer que havia uma “geração” dos direitos humanos. Não há geração de direitos humanos. O que há é um conjunto de direitos humanos, porque eu não consigo ler o jornal se estiver morrendo de fome. As pessoas não podem comer hoje para ler o jornal amanhã. Precisam comer todos os dias para ler o jornal todos os dias também.

E aqui concluo com a onze grandes demandas, reivindicações feitas pelo Movimento Zapatista em termos de direitos humanos. É uma forma nova de os afirmarmos, de maneira diferente da forma liberal. E essa tem de ser trazida para as cidades como uma política progressista: terra, trabalho, habitação, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Cada uma dessas idéias, individualmente é trivial. Em conjunto, são um mundo novo. Muito obrigado.